Eu faço parte desta história!
E VOCÊ?
SINDICALIZE-SE!
SINPRO
SINDICATO DOS PROFESSORES
NO DISTRITO FEDERAL
Filiado:
CUT
CNTE
DF
CUT
CNTE

## Por que sindicalizar-se?

Ao sindicalizar-se, os(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais fortalecem e ampliam a representação da categoria, dando ao sindicato mais força para lutar pela manutenção das conquistas, ampliação dos direitos e por melhores condições de trabalho e vida para todos e todas.

A valorização e o respeito às professoras e aos professores, às orientadoras e aos orientadores educacionais depende da união da nossa categoria. Sindicalizar-se é mais do que participar da sua entidade representativa. É participar de ações que valorizam a nossa profissão. É lutar para manter direitos já conquistados e para ampliá-los na coletividade. Uma pessoa sozinha não tem o mesmo peso de toda uma categoria de trabalhadores(as) para lutar por seus direitos.

Um sindicato de respeito precisa ser forte, democrático e participativo. Por isso é necessário que cada professor(a) e orientador(a) educacional da rede pública de ensino do DF fortaleça nossa entidade. O Sinpro é o nosso instrumento de luta e de proteção.

O SINPRO É A VOZ E A FORÇA DE TODOS E TODAS NÓS!

## Quem pode se associar?

Podem se associar ao Sinpro-DF, professores(as) efetivos(as) e temporários(as), ativos(as) e aposentados(as); orientadores(as) educacionais ativos(as) e aposentos(as) da rede pública de ensino do Distrito Federal.

## Como filiar-se?

Servidores(as) do magistério público podem filiar-se pelo site do Sinpro; pessoalmente na sede ou subsedes do Sindicato; ou nas visitas dos(as) diretores(as) da entidade sindical às unidades escolares.

Para filiar-se, é necessário informar dados pessoais, como CPF, RG e endereço residencial, além de dados sobre a atuação profissional, como a regional de ensino que atua, turno, disciplina; entre outras informações.

Acesse o QR Code e filie-se

# Saiba o que o SINPRO faz pra você!

## Lutas

✓ Plano de Carreira
✓ Melhoria salarial
✓ Plano de saúde
✓ Convocação dos concursados
✓ Gestão Democrática
✓ Defesa da aposentadoria
✓ Manutenção e ampliação de direitos

## Cultura e Lazer

✓ Saraus
✓ Festa junina
✓ Arraiá do Sinpro
✓ Baile dos(as) aposentados(as)
✓ Corrida do Sinpro
✓ Shows com artistas da categoria
✓ Outros

## Apoio

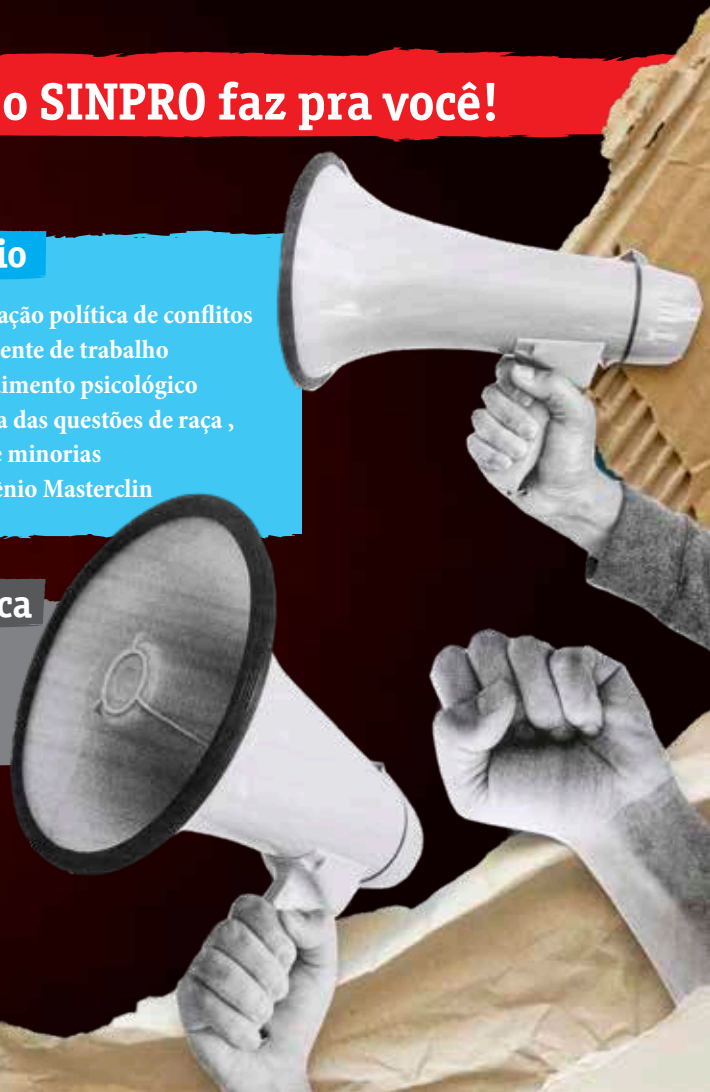
✓ Mediação política de conflitos no ambiente de trabalho
✓ Atendimento psicológico
✓ Defesa das questões de raça , gênero e minorias
✓ Convênio Masterclin

## Assistência Jurídica

✓ Trabalhista
✓ Saúde
✓ Cível e Família

## Formação

✓ Cursos para: delegados(as), representantes sindicais, professores(as) e orientadores(as) educacionais da ativa e aposentados(as);
✓ Curso de Informática e Formação para aposentados(as);
✓ Formação continuada com a CUT (Central Única dos Trabalhadores);
✓ Participação da categoria em congressos, fóruns, conferências, plenárias, seminários e outros.



# Muitos anos de conquistas com você

**2000**

✓ Aumento da GRC de 20% para 30%.

✓ Fim dos 6 anos sem reajuste.

**2002**

✓ 54 dias de greve.

✓ Reajuste de 10%.

✓ Retorno do pagamento do auxílio-alimentação.

✓ Manutenção do GT para cerca de 12 mil professores e professoras.

**2003**

✓ Reformulação do Plano de Carreira com a criação da GSE para os orientadores e as orientadoras educacionais.

✓ Criação do abono de R$ 59,87.

**Eu faço parte desta história! E VOCÊ? Sindicalize-se!**

**2004**

✓ Implantação do 2º Plano de Carreira (Lei nº 3.318/04).

✓ Reajuste de 11%.

✓ Criação da GASE (Gratificação de Atividade de Suporte Educacional) para orientador(a) Educacional

**2005**

✓ Greve de 7 dias.

✓ Retorno da progressão anual da carreira.

✓ Redução dos padrões de 31 para 25 na carreira.

✓ Inclusão da etapa de reajuste abril/2006 (5% de Plano de Carreira).

✓ Reajuste de 9,7% (que estava previsto no Plano de Carreira).

✓ Sinpro denuncia excesso de contratações temporárias de professores, e MPDFT impõe TAC ao GDF, obrigando-o a contratar concursados.

**2006**

✓ Reajuste salarial em março, abril e junho, oriundo do Plano de Carreira (Lei nº 3.318/04).

✓ Lei que reajusta o tíquete-alimentação (escalonamento).

## 2007

✓ Reajuste linear de R$ 400 com a elevação da TIDEM (para 108%) e GARC (para 43%).

✓ Reestruturação do Plano de Carreira com incorporação total da GIC (Lei nº 4.075/07).

✓ Nova progressão horizontal estabelecendo tabelas de especialistas, mestres(as) e doutores(as).

✓ Redução de 20% de regência de classe com gozo a partir do 21º ano de regência.

## 2008

✓ Greve de advertência de 48 horas.

✓ Implantação do Plano de Carreira (Lei nº 4.075/07), com reajuste médio de 17,20%.

✓ Reposicionamento dos(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais nos padrões.

✓ Regulamentação do Plano de Carreira (Lei nº 4.075/07).

✓ Ampliação da licença-maternidade para 180 dias (professora efetiva).

**Eu faço parte desta história! E VOCÊ? Sindicalize-se!**

**2009**

✓ Reajuste de 5% do Fundo Constitucional do DF (FCDF).

✓ Após 16 dias de greve, garantimos a manutenção do efeito do Art. 32, da Lei nº 4.075/07, que previa reajuste de acordo com o índice do FCDF (15,04%).

✓ Vitórias na Justiça para que a ampliação da licença-maternidade alcançasse as professoras de contratação temporária.

**2010**

✓ Reajuste de 10,04%.

✓ Fim da contrapartida do auxílio-alimentação.

✓ Conquista da segunda coordenação externa para professores(as) de Atividades.

**2011**

✓ Reajuste de 11,14%.

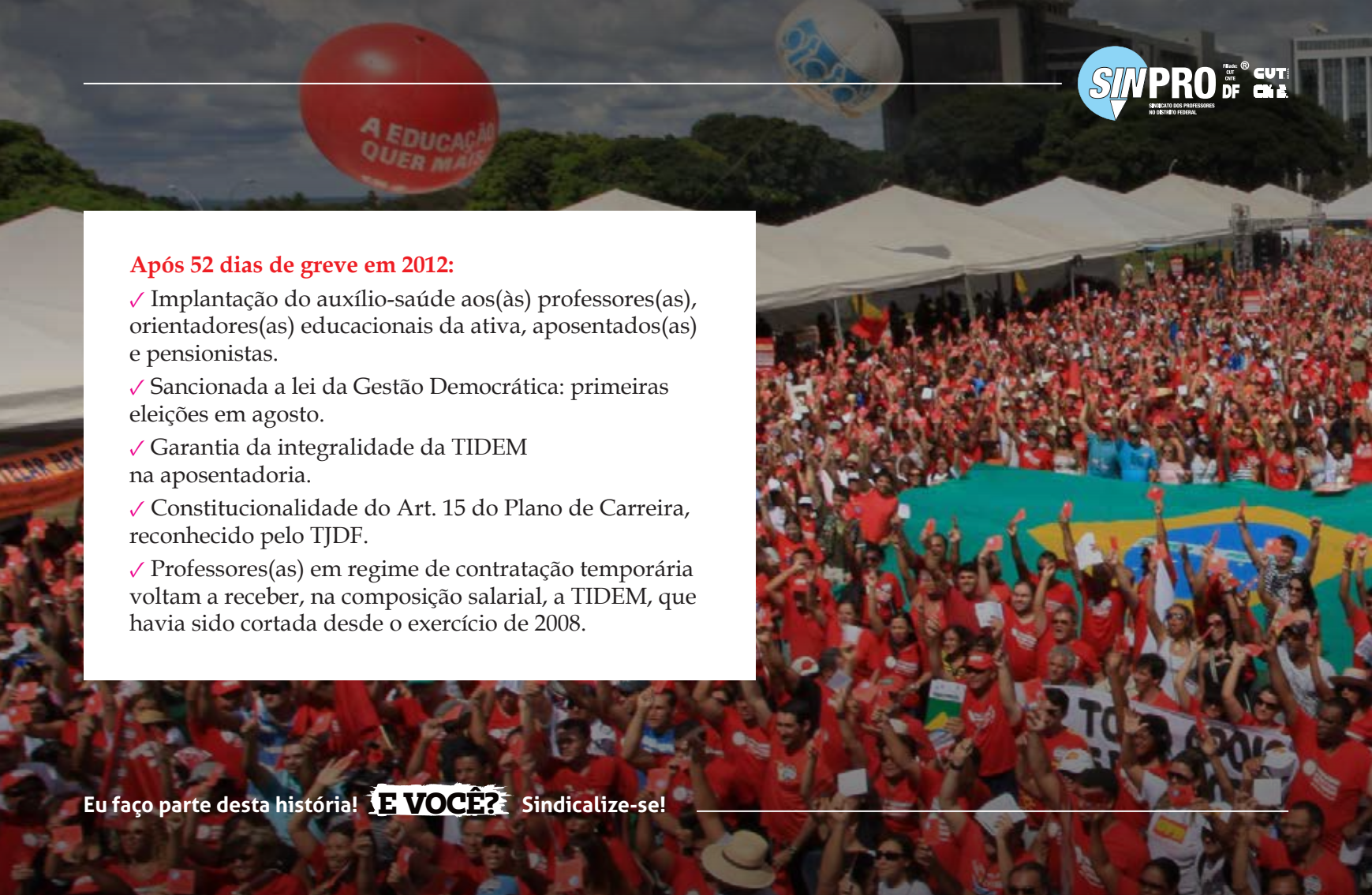
✓ Reajuste programado de 2,69% para 2012.

✓ Reajuste de 54% do auxílio-alimentação (para R$ 304).

✓ Conquista da segunda coordenação externa para coordenadores(as) pedagógicos(as), professores(as) readaptados(as) e pedagogos(a)-orientadores(as) educacionais.

✓ Publicação da Lei que amplia a licença-maternidade às professoras de contratação temporária.

**Eu faço parte desta história! E VOCÊ? Sindicalize-se!**




SINPRO DF
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL
Filiado CUT CNTE
CUT
CNTE

**Após 52 dias de greve em 2012:**

✓ Implantação do auxílio-saúde aos(às) professores(as), orientadores(as) educacionais da ativa, aposentados(as) e pensionistas.

✓ Sancionada a lei da Gestão Democrática: primeiras eleições em agosto.

✓ Garantia da integralidade da TIDEM na aposentadoria.

✓ Constitucionalidade do Art. 15 do Plano de Carreira, reconhecido pelo TJDF.

✓ Professores(as) em regime de contratação temporária voltam a receber, na composição salarial, a TIDEM, que havia sido cortada desde o exercício de 2008.

**Eu faço parte desta história! E VOCÊ? Sindicalize-se!**

**2013**

✓ Reestruturação do Plano de Carreira (Lei nº 5.105/13).
✓ Fim do conceito de exclusividade.
✓ Incorporação da TIDEM.
✓ Criação da GAPED.
✓ Regulamentação do Plano de Carreira.
✓ Reajuste do valor das aposentadorias proporcionais.
✓ Reajustes salariais em março e setembro.
✓ Reajuste de 22% do tíquete-alimentação (para R$ 373).
✓ Após ações vitoriosas do Sinpro-DF na Justiça, professoras de contratação temporária passam a ter direito à estabilidade provisória durante a gravidez.

**2014**

✓ Reajustes salariais de março e setembro (referente ao reajuste garantido em 2013 e dividivo em seis parcelas pagas em três anos).
✓ Reajuste do tíquete-alimentação para R$ 394,50.
✓ Convocação de mais de três mil professores(as) concursados(as).
✓ Realização de concurso público para o cargo de pedagogo(a)-orientador(a) educacional.

Eu faço parte desta história! E VOCÊ? Sindicalize-se!

**2015**

✓ Greve na primeira semana de aula.

✓ Reajuste salarial de março (referente ao reajuste garantido em 2013 e dividido em seis parcelas pagas em três anos).

✓ Greve de 29 dias em outubro por causa do calote do reajuste de setembro.

**2016**

✓ Debate sobre salário dos(as) professores(as) em regime de contrato temporário.

✓ Luta da categoria impede implantação da gestão de escolas de educação infantil (de 0 a 5 anos) por Organizações da Sociedade (OS's).

**2017**

✓ Professores(as) da disciplina Atividades passam a receber salário como nível superior (PQ3), o que gerou aumento de cerca de R$ 1.000 na renda.

✓ Realização da Greve Geral Nacional da Educação, com 33 dias de duração no DF, pelo pagamento do reajuste e contra a Reforma da Previdência.

**2018**

✓ Nomeação de 701 professores(as) e 47 orientadores(as) educacionais (até junho).

✓ Luta da categoria engaveta Reforma da Previdência exigida pelo sistema financeiro.

## 2019

✓ Sinpro garante a nomeação de 646 professores(as) e 54 orientadores(as) educacionais.

✓ Luta da categoria mantém licença-prêmio (servidor) no rol dos direitos do Magistério.

✓ Luta contra a militarização das escolas públicas.

✓ Regulamentação da coordenação pedagógica para todos(as) os(as) servidores(as) do magistério público que atuam em unidade escolar. A garantia foi feita com a Portaria nº 332/19, que regulamentou as alterações no Artigo nº10 da lei do Plano de Carreira (Lei nº 6.327/19).

## 2020

✓ Alteração no cálculo do pagamento do(a) professor(a) substituto(a) traz equilíbrio e a devida aplicação do Piso Salarial do DF em suas remunerações.

✓ Sinpro-DF impede que o GDF inclua os(as) servidores(as) locais na Reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro (Emenda Constitucional 103/19). A reforma alterava idade e tempo de contribuição para ter acesso à aposentadoria.

**Eu faço parte desta história! E VOCÊ? Sindicalize-se!**

✓ Pandemia do novo coronavírus:

1. Enquanto vários estados e municípios demitiam professores(as) temporários(as) durante a suspensão das aulas presencias por causa da pandemia, no DF, o Sinpro-DF assegurou a manutenção dos(as) professores(as) substitutos(as) na Folha de Pagamento durante a suspensão total das atividades e no período de ensino remoto.

2. O Sinpro-DF garantiu a vida e impediu que o GDF retirasse estudantes e professores(as) do isolamento social.

3. Processo de negociação e ato no prédio da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal (SEEDF) garantiram a retomada da posse dos 821 professores(as) nomeados(as), mesmo durante a pandemia.

4. Atuação do Sinpro impede que congelamento salarial imposto com a LC 173/20 atinja progressão na carreira, licença-prêmio, aposentadoria, tempo de serviço, mudança de padrão e contagem de quinquênios.

✓ FUNDEB Permanente: luta dos(as) educadores(as) e suas entidades de classe tornou permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o financiamento da educação básica.

**2021**

✓ Garantia do emprego de 13,8 mil professores(as) em regime de contratação temporária.

✓ Garantia de aula remota durante quase um ano e meio durante a pandemia.

✓ Gestores e gestoras, na linha de frente da covid-19, priorizados na vacinação contra o novo coronavírus.

✓ Inserção de trabalhadores(as) em educação no grupo prioritário de vacinação contra a covid-19.

✓ Derrubada de veto de Jair Bolsonaro à proposta de repasse do governo federal para internet com velocidade rápida nas escolas.

✓ STF recusa pedido de Adin para suspender processos e a eficácia da lei que determina o pagamento da última parcela do reajuste salarial concedido ao magistério público em 2013, devida desde 2015. O pedido de Adin foi assinado pelo governador do DF, Ibaneis Rocha.

✓ Implantação do GDF Saúde, o plano de saúde dos servidores públicos do governo do DF, uma luta histórica dos servidores(as) do magistério público e demais servidores(as) locais.

**Eu faço parte desta história! E VOCÊ? Sindicalize-se!**

✓ Pagamento do exercício findo (salário atrasado desde dezembro de 2020) dos professores(as) em regime de contratação temporária.

✓ Nomeação de 361 professores(as) aprovados no concurso público homologado em 2017.

✓ Luta da categoria derruba veto do governador Ibaneis e garante, na LDO, última parcela do reajuste salarial. Com isso, são abertas possibilidades para avanços na carreira.

## 2022

✓ Nomeação de 361 professores(as) aprovados(as) no concurso para a Carreira Magistério homologado em 2016.

✓ Ampliação do número de orientadores(as) educacionais das escolas da rede pública e de coordenadores(as) das Escolas Técnicas. Mudança, pauta histórica do Sinpro, foi respaldada pela Portaria nº 55.

✓ Aumento do número de coordenadores(as) do Ensino Médio.

✓ Pagamento do exercício findo em 2022 para professores(as) em regime de contratação temporária. O grupo recebeu os valores não pagos referentes ao salário de 2021.

✓ Pagamento da parcela do reajuste salarial conquistado em 2013 e devida desde setembro de 2015.

✓ Incorporação do auxílio-saúde no valor de R$ 200 ao vencimento básico de professores(as) efetivos(as) e em contratação temporária, além dos(as) orientadores(as) educacionais. Também foram contemplados aposentados(as) e pensionistas com paridade de remuneração.

✓ Reajuste do auxílio-alimentação para R$ 640. Reivindicação antiga da categoria, uma vez que os valores praticados estavam desatualizados e comprometidos pela inflação.

✓ Reajuste do auxílio-creche para R$ 176,58. O Sinpro considerou o reajuste bem-vindo, mas insuficiente. Luta continua pela equiparação do valor do auxílio-creche integral de professores(as) e pedagogos(as)-orientadores(as) educacionais aos valores pagos aos(às) servidores(as) da CLDF.

✓ Conquista de auxílio-creche para professores(as) em regime de contratação temporária.

✓ Garantia do reajuste da gratificação para gestores(as) das escolas públicas – congelada desde 2014 –, com acréscimo de R$ 250. Foram beneficiados(as) diretor(a) e vice-diretor(a); chefe de secretaria ou supervisor(a) diurno e noturno.

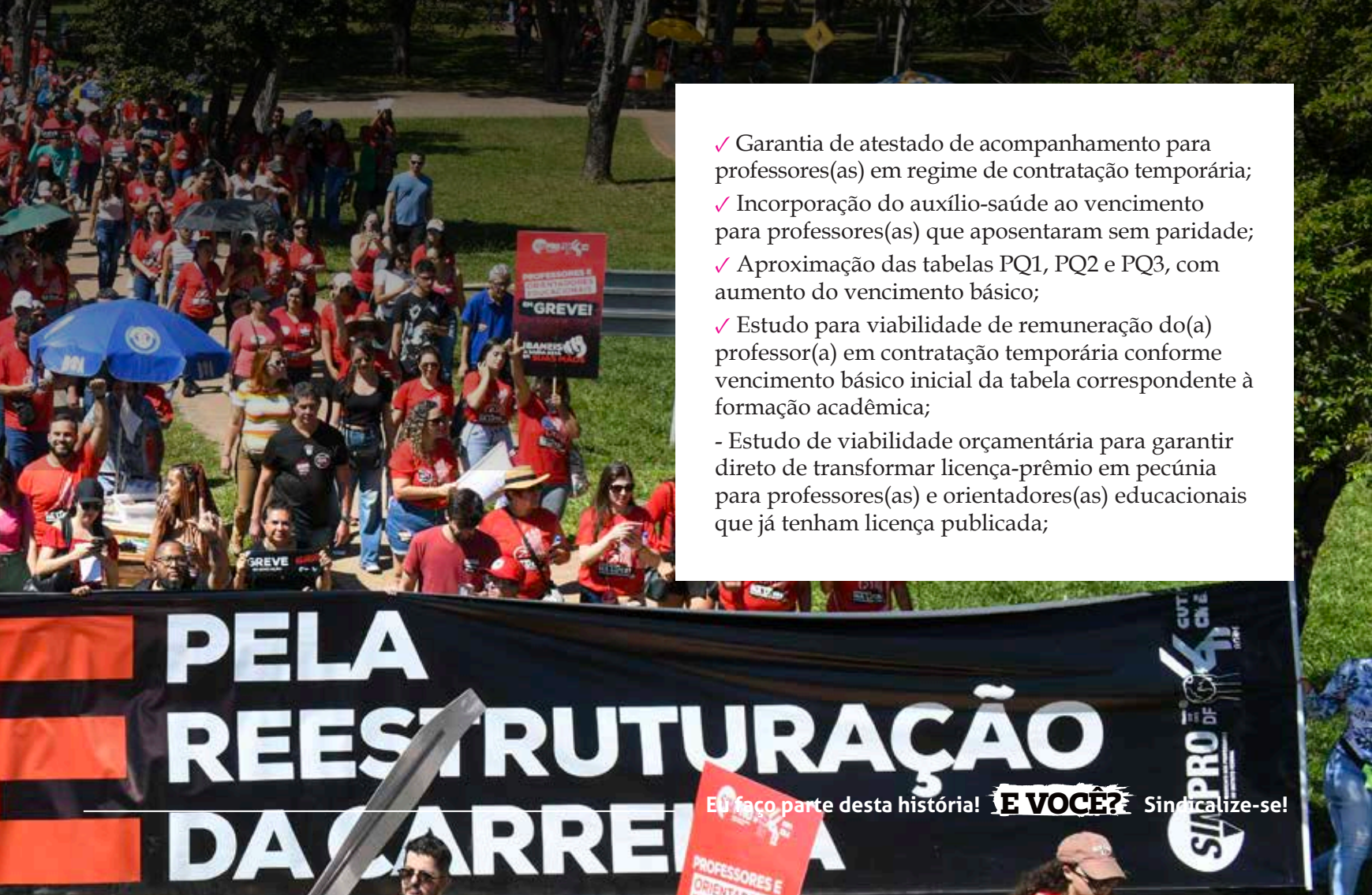
✓ Conquista da Gratificação de Atividade de Coordenação Pedagógica (GACOP), no valor de R$ 300.

## 2023

✓ Em julho, TJDFT julga Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Sinpro-DF sobre a Lei 6.759 de 2020, que tratava da regulamentação do Homeschooling no Distrito Federal, e declara inconstitucionalidade da norma. O tribunal adotou pronunciamento do STF, que decidiu que a competência para legislar sobre currículo e ensino é da União, não competindo aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre o tema.

✓ Em agosto, a Câmara Legislativa do DF aprovou por unanimidade o projeto de lei que incorpora a Gaped/Gase ao vencimento da categoria do magistério público do DF (PL 470/2023). O PL seguiu para sanção do governador Ibaneis Rocha, e prevê a incorporação da Gaped/Gase em seis etapas: outubro/2023, janeiro/2024, julho/2024, janeiro/2025, julho/2025 e janeiro/2026.

A conquista é resultado da greve de 22 dias (4 a 25 de maio) da categoria do magistério público. O movimento promoveu atos na Rodoviária do Plano Piloto, piquetes, panfletagens, atuação nas feiras públicas e ruas do DF, faixaços, doação de sangue e mobilização na CLDF. Além da incorporação da Gaped/Gase, a greve foi suspensa com a aprovação das seguintes propostas:




✓ Garantia de atestado de acompanhamento para professores(as) em regime de contratação temporária;

✓ Incorporação do auxílio-saúde ao vencimento para professores(as) que aposentaram sem paridade;

✓ Aproximação das tabelas PQ1, PQ2 e PQ3, com aumento do vencimento básico;

✓ Estudo para viabilidade de remuneração do(a) professor(a) em contratação temporária conforme vencimento básico inicial da tabela correspondente à formação acadêmica;

- Estudo de viabilidade orçamentária para garantir direto de transformar licença-prêmio em pecúnia para professores(as) e orientadores(as) educacionais que já tenham licença publicada;

Eu faço parte desta história! **E VOCÊ?** Sindicalize-se!

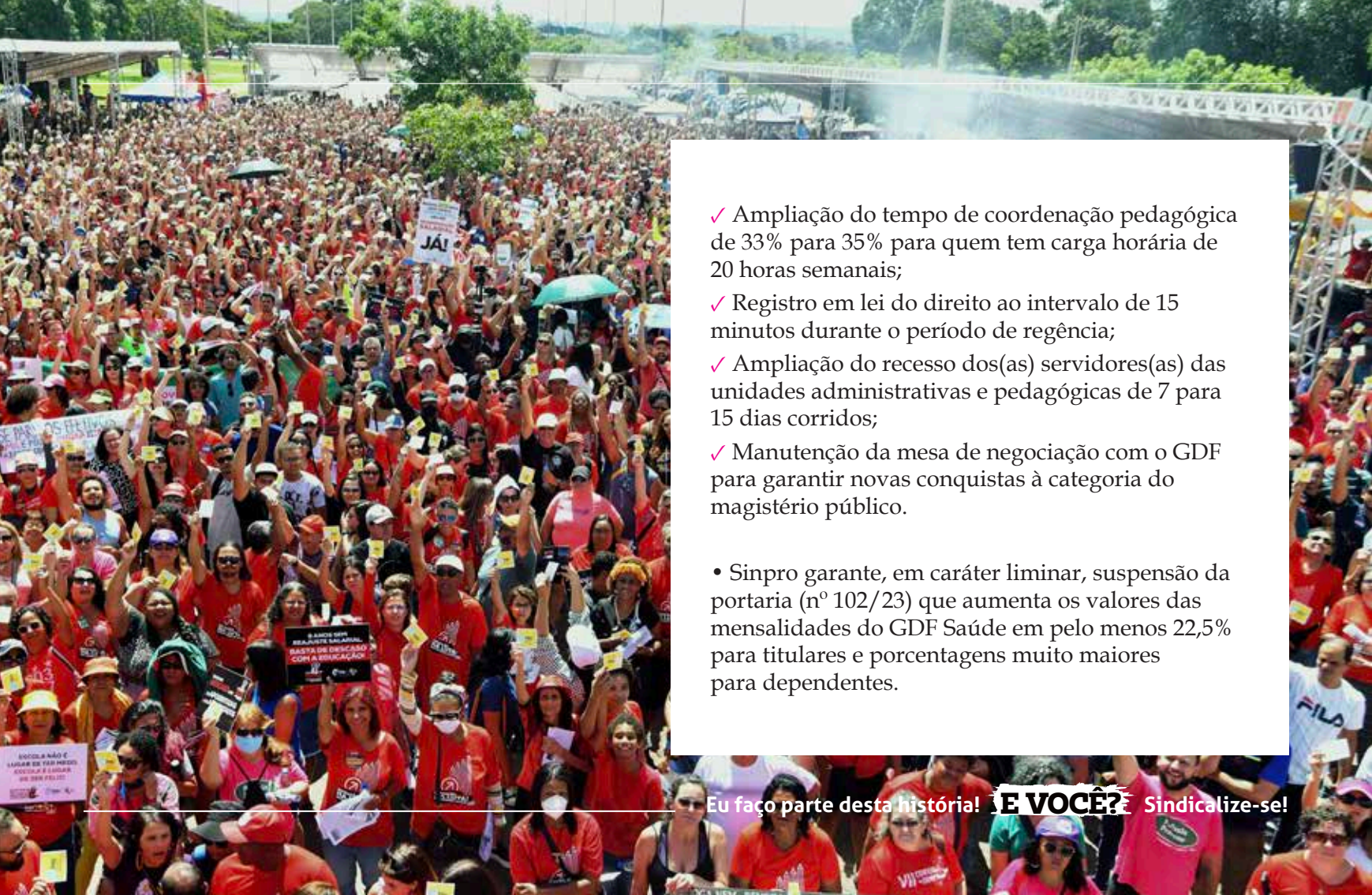
✓ Garantia da participação remunerada dos(as) professores(as) em contrato temporário em dois dias da Semana Pedagógica;

✓ Nomeação de aprovados em vagas imediatas e cadastro reserva do concurso para o magistério público realizado em 2022;

✓ Preparação de novo concurso público, ainda em 2023, contemplando os cargos da Carreira Magistério Público do DF;

✓ Análise das condições legais e orçamentárias para permitir que professores(as) em regime de contratação temporária aproveitem tempo de serviço ao serem efetivados(as);

✓ Ampliação da jornada de trabalho de 20 horas para 40 horas a professores(as) e orientadores(as) educacionais que já formalizaram requerimento para a mudança;




✓ Ampliação do tempo de coordenação pedagógica de 33% para 35% para quem tem carga horária de 20 horas semanais;

✓ Registro em lei do direito ao intervalo de 15 minutos durante o período de regência;

✓ Ampliação do recesso dos(as) servidores(as) das unidades administrativas e pedagógicas de 7 para 15 dias corridos;

✓ Manutenção da mesa de negociação com o GDF para garantir novas conquistas à categoria do magistério público.

• Sinpro garante, em caráter liminar, suspensão da portaria (nº 102/23) que aumenta os valores das mensalidades do GDF Saúde em pelo menos 22,5% para titulares e porcentagens muito maiores para dependentes.

Eu faço parte desta história! E VOCÊ? Sindicalize-se!

SINPRO DF ®
Filiado: CUT CNTE
SINDICATO DOS PROFESSORES NO DISTRITO FEDERAL

# FAÇA PARTE DESSA

# HISTÓRIA DE CONQUISTAS!

## FILIE-SE! Fortaleça nosso Sindicato

@sinprodf